

EM QUANTO AS IMPORTAÇÕES DIFICULTAM O CRESCIMENTO DA ECONOMIA EM ANGOLA?

Francisco Paulo

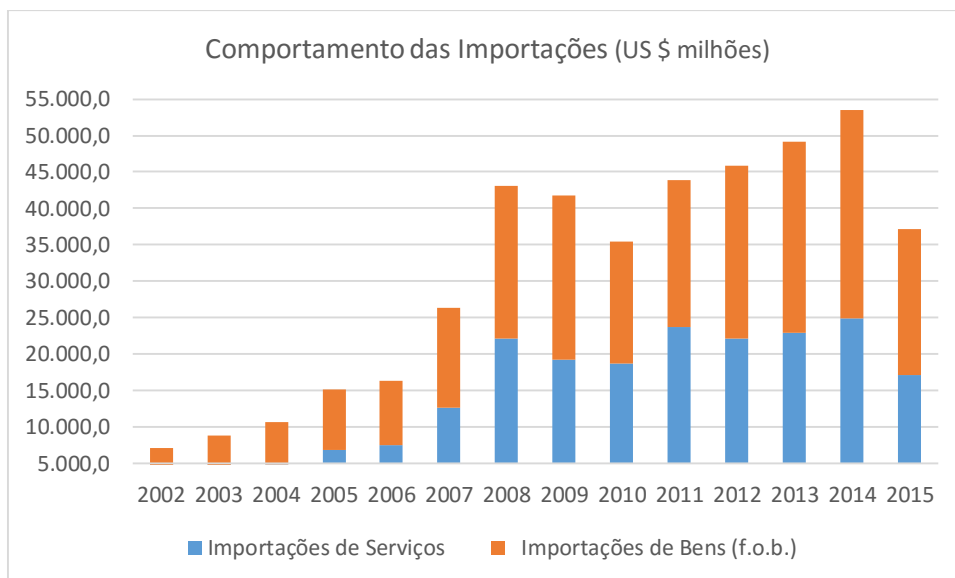
Economista

Professor Assistente na UCAN e investigador auxiliar no CEIC

Uma das questões centrais das relações comerciais de Angola com o exterior é conhecer-se a componente importada da produção nacional. Em quanto as importações (matérias-primas, subsidiárias e de bens de equipamento) devem ser acrescidas para que o PIB aumente um ponto percentual? Aparentemente não existem estudos oficiais que avancem com um valor, centrando-se as políticas económicas apenas na necessidade do fomento da produção nacional (exportável e dirigida aos bens da cesta básica). As importações, em especial de bens, estão presentes em toda a cadeia de valor da produção nacional, presumindo-se que alguns produtos rotulados de nacionais incorporem matéria-prima e subsidiárias de elevado conteúdo importado. Por isso, a rarefação de divisas afecta a actividade de muitas empresas que produzem para o mercado interno.

A economia nacional continua a ser essencialmente importadora, sendo o respectivo rácio de 37,2% em 2015. O país importa quase tudo, desde os bens mais básicos como água, alimentos, confecções diversas, calçado, etc., até bens mais complexos, como equipamentos, automóveis, barcos, aviões, etc. É pelo facto de se importar quase tudo, que as reservas em moeda externa que o país consegue por meio das exportações do petróleo, rapidamente se esgotam.

O gráfico seguinte apresenta a síntese das importações desde 2002, sendo interessante sublinhar o peso dos serviços nas aquisições externas. Muitos destes serviços podiam ser fornecidos internamente.



Fonte: CEIC, “Ficheiro Balança de Pagamentos” com base em dados oficiais.

A crise no mercado internacional do petróleo afectou drasticamente as importações do país em 2015. Como se pode observar no gráfico acima, em 2015 as importações reduziram-se em 30% relativamente a 2014, passando de USD 53,5 mil milhões para USD 37,2 mil milhões em 2015. Dada a elevada proporção de importações intermédias na produção interna, esta pode ser uma das razões de o PIB não petrolífero ter crescido apenas 1,3% em 2015. Ainda que não esteja visível na figura anterior, sabe-se que o país importa mais bens de consumo final, do que bens de consumo intermédio e bens de capital, acreditando-se estar neste facto a oportunidade de substituição dos bens adquiridos no exterior pela produção nacional, dado o carácter de maior simplicidade tecnológica dos mesmos. De acordo com alguns ensaios feitos, a elasticidade de substituição bens de consumo importados/bens intermédios importados apresenta valores inferiores à unidade, de certo modo atestando as dificuldades de a indústria nacional produzir este tipo de bens.

A redução das importações deveu-se a dois factores, a saber, a fixação de quotas de importação para alguns bens passíveis (teoricamente) de produção interna e as dificuldades impostas pelo Banco Central no acesso às divisas.

Vale ainda a pena destacar que ao longo destes 13 anos, apesar de se ter verificado aumento na importação de bens de consumo intermédio (686%, média anual de 53%) e de capital (em 644%, média anual de 50%), os bens de consumo corrente ao invés de diminuírem aumentaram quase na mesma proporção (663%, uma média anual de 50%).

Analisando-se a dinâmica da estrutura das importações desde 2002 até 2014 nota-se que não houve mudança nenhuma. Na verdade, em 2002 a importação de bens intermédios representou 12% das aquisições totais ao exterior, o mesmo valor registado em 2014. O valor dos bens de consumo final aumentou entre 2012 e 2014, tendo passado de 58% para 59%. Dito de outro modo, a importação de bens de consumo foi, nos dois anos extremos da série estatística em análise, 5 vezes mais a de bens intermédios para a produção. A estrutura das importações não se alterou num período

de 13 anos, ou seja a produção interna não tem vindo a substituir a importação. E esta conclusão é relevante, porque mostra o relativo imobilismo da economia não petrolífera e esclarece, igualmente, que a diversificação da economia tem igualmente como vector importante a substituição das importações de bens de consumo por produtos intermédios e de capital. Se em 2014, a importação de bens de capital – essencialmente equipamentos fabris – tivesse a representatividade que deteve a importação de bens de consumo, o PIB não petrolífero teria apresentado uma performance mais relevante do que 1,3%.

Parece que esta crise de 2015 foi um “wakeup call” para o Executivo angolano, pois só agora é que aparenta estar determinado a reduzir as importações por “trade off” com o aumento da produção interna dos produtos da cesta básica que são sempre importados.

Em conclusão geral, as importações fazem parte do processo produtivo em geral e apesar de entrarem a diminuir na equação macroeconómica fundamental, nenhum país pode delas prescindir.